



JUNHO 2022  
Nº 03 | Ano 03

# RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



JUNHO 2022  
Nº 03 | Ano 03

# RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



JUNHO 2022  
Nº 03 | Ano 03

# RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

## **Prefácio**

Ao abrigo da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) tem a missão de preservar o valor da moeda nacional e promover um sector financeiro nacional sólido e inclusivo.

Na prossecução dessa missão, o BM implementa a política macroprudencial, visando assegurar que o sistema financeiro, com enfoque no sector bancário, continue a registar níveis adequados de solvabilidade e liquidez, que permitam dar um contributo na resolução e gestão de crises, minimizando o risco sistémico global.

O BM define a estabilidade financeira como a manutenção de um sistema financeiro robusto, eficiente e resiliente, tanto a choques como a desequilíbrios financeiros, que assegurem a preservação da confiança dos agentes económicos e contribua para a mitigação do risco sistémico.

Para avaliar o risco sistémico, o BM baseia-se numa matriz quantitativa que apresenta a dinâmica do risco no sistema financeiro doméstico, visando medir a resiliência do sistema financeiro e permitir a tomada de medidas tempestivas.

Como reforço da comunicação em matéria de estabilidade financeira, entre o banco central e o público em geral, o BM elabora o Relatório de Estabilidade Financeira (REF), que elenca, na presente edição, as principais vulnerabilidades e riscos no contexto macrofinanceiro internacional e doméstico, o desempenho do sistema financeiro moçambicano, assim como as decisões macroprudenciais e iniciativas regulamentares implementadas pelo BM e por outras entidades com competência legal, durante o ano de 2021, que contribuem para a manutenção e reforço da estabilidade do sistema financeiro.

O Governador

**Rogério Lucas Zandamela**

## Índice Geral

<b>Sumário executivo.....</b>	<b>5</b>
<b>I. AMBIENTE MACROFINANCEIRO INTERNACIONAL.....</b>	<b>7</b>
<b>II. VULNERABILIDADES E RISCOS DO SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1. Vulnerabilidades do sistema .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1.1. Instabilidade militar nas regiões centro e norte do país .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1.2. Factores climáticos adversos.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1.3. Endividamento do sector público.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1.4. Confiança do país no mercado internacional.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1.5. Pandemia de COVID-19 .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2. Avaliação do risco sistémico.....</b>	<b>12</b>
<b>III. DESEMPENHO DO SISTEMA FINANCEIRO .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1. Sector bancário.....</b>	<b>20</b>
<b>3.1.1. Estrutura e composição do sector bancário .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1.2. Níveis de concentração do sector bancário.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1.3. Estrutura do balanço.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1.4. Indicadores de solidez financeira .....</b>	<b>23</b>
<b>3.2. Sector de seguros.....</b>	<b>31</b>
<b>3.3. Mercado de Valores Mobiliários .....</b>	<b>33</b>
<b>IV. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL .....</b>	<b>35</b>
<b>Glossário.....</b>	<b>39</b>

## Gráficos

Gráfico 1. Dinâmica do PIB real de Moçambique .....	10
Gráfico 2. Índice de risco sistémico .....	13
Gráfico 3. Evolução do risco sistémico (%).....	13
Gráfico 4. Crédito à economia por sectores .....	17
Gráfico 5. Taxas de juro de empréstimos em MN (%).....	18
Gráfico 6. Crédito à economia por sectores .....	18
Gráfico 7. Evolução do NPL (%) e do crédito saneado (milhões de meticais).....	19
Gráfico 8. Variação do CE vs. variação acumulada do saneamento .....	19
Gráfico 9. Agências de bancos por províncias em Dezembro de 2021 .....	20
Gráfico 10. Agências por bancos em Dezembro de 2021 .....	21
Gráfico 11. Evolução dos níveis de concentração do sector bancário – Índice IHH – Dezembro de 2021.....	21
Gráfico 12. Evolução dos níveis de concentração dos três maiores bancos – Dezembro de 2021 .....	21
Gráfico 13. Rubricas do activo – Dezembro de 2020.....	22

Gráfico 14. Peso dos depósitos por moeda.....	23
Gráfico 15. Principais rubricas do passivo e capitais próprios.....	23
Gráfico 16. Adequação de Capital.....	24
Gráfico 17. Solvabilidade - Comparação na SADC.....	24
Gráfico 18. Contribuição do NPL por sectores de actividade.....	25
Gráfico 19. NPL - Comparação na região austral.....	25
Gráfico 20. Qualidade de crédito.....	25
Gráfico 21. Volume de crédito reestruturado.....	26
Gráfico 22. Distribuição do crédito reestruturado (mil milhões de MT).....	26
Gráfico 23. ROE - Comparação na região austral.....	27
Gráfico 24. Crédito, depósitos e rácios de transformação.....	27
Gráfico 25. Rácio activos líquidos/total activos – Comparação regional (SADC).....	28
Gráfico 26. Rácio activos líquidos/total activos – Comparação regional (SADC).....	28
Gráfico 27. Fontes de financiamento do sector bancário.....	28
Gráfico 28. Fontes de financiamento do sector bancário.....	28
Gráfico 29. Ciclo financeiro e de negócios.....	30
Gráfico 30. Produção global das seguradoras (variação homóloga).....	31
Gráfico 31. Produção global das seguradoras (milhões de meticais).....	31
Gráfico 32. Peso dos ramos na produção global das seguradoras (milhões de meticais).....	31
Gráfico 33. Estrutura patrimonial do sector de seguros (milhões de meticais).....	32
Gráfico 34. Evolução da margem de solvência no sector de seguros (milhões de meticais).....	32
Gráfico 35. Provisões técnicas no sector de seguros (milhões de meticais).....	32
Gráfico 36. Investimentos representativos das provisões técnicas.....	33
Gráfico 37. Capitalização bolsista (milhões de meticais).....	33
Gráfico 38. Peso dos diversos segmentos do MVM.....	34
Gráfico 39. Peso do volume de transacções por categoria de valores mobiliários.....	34
Gráfico 40. Taxas de juros das obrigações cotadas na BVM e <i>prime rate</i> .....	35

## Tabelas

Tabela 1. <i>Stock</i> da dívida pública – mil milhões de meticais.....	10
Tabela 2. Evolução das despesas e receitas públicas – mil milhões de meticais.....	10
Tabela 3. Classificação do país no mercado internacional.....	11
Tabela 4. Classificação dos países da SADC no mercado internacional.....	11
Tabela 5. Bancos a operarem em Moçambique.....	20
Tabela 6. Principais indicadores de rendibilidade.....	26
Tabela 7. Principais indicadores de liquidez.....	27
Tabela 8. Emissões cotadas na BVM.....	34

## Caixas

Caixa 1. Metodologia para o cálculo do índice de estabilidade financeira.....	16
Caixa 2. Crédito ao sector imobiliário.....	17
Caixa 3. Ciclos financeiros e de negócios em Moçambique.....	29
Caixa 4. Impacto do risco cibernético no sistema financeiro.....	37

## Siglas e abreviaturas

BM	Banco de Moçambique
CE/PIB	Índice do Crédito à Economia sobre o Produto Interno Bruto
COVID-19	Nome da doença infecciosa causada pelo SARS-CoV-2, que faz referência ao ano em que foi descoberta, 2019.
D-SIBs	Bancos domésticos de importância sistémica
DO	Depósitos à ordem
DP	Depósitos a prazo
DTI	<i>Debt-to-income</i> (índice de dívida sobre o rendimento)
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
FMI	Fundo Monetário Internacional
GFSR	Relatório de Estabilidade Financeira Global
IHH	Índice de Herfindahl-Hirschman
ICSF	Instituições de crédito e sociedades financeiras
ISSM	Instituto de Supervisão de Seguros
LTV	<i>Loan-to-value</i> (índice de empréstimo sobre o valor)
ME	Moeda estrangeira
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MVM	Mercado de Valores Mobiliários
MZN	Metical
NPL	<i>Non performing loan</i> (rácio de crédito em incumprimento)
PIB	Produto interno bruto
Pb	Pontos base
Pp	Pontos percentuais
REF	Relatório de Estabilidade Financeira
ROA	<i>Return on assets</i> (retorno sobre activos)
ROE	<i>Return on equity</i> (retorno sobre o capital)
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
S&P	Standard and Poor's
USD	Dólar dos Estados Unidos da América

## Sumário executivo

**Em 2021, a actividade económica global apresentou uma trajectória de recuperação, ainda que condicionada pelo surgimento de novas variantes da COVID-19, resultado do relaxamento das medidas preventivas contra a pandemia.** Este desempenho contribuiu para a resiliência das instituições financeiras, a nível mundial, que apresentaram níveis robustos de capital e de liquidez e mantiveram o rácio do crédito em incumprimento (NPL) nos níveis internacionalmente aceitáveis.

**A nível doméstico, o sistema financeiro nacional continuou a desenvolver actividades de intermediação financeira e de prestação de serviços de pagamentos, num contexto de instabilidade militar e ocorrência de eventos climáticos adversos.** Com efeito, os primeiros meses do ano 2021 foram marcados pela degradação do ambiente de investimentos, devido ao conflito armado em Cabo Delgado e à passagem do ciclone Eloise pela região centro do país. No entanto, os avanços no combate à instabilidade militar, no segundo semestre de 2021, assim como o alívio das medidas restritivas de contenção da COVID-19, permitiram a recuperação da economia<sup>1</sup>, contribuindo para a resiliência do sistema financeiro.

O sector bancário registou um incremento anual do rácio de solvabilidade em 13 pb, um crescimento dos activos em 3,57%, um aumento de lucros em cerca de 52,71%, e uma liquidez que permite assegurar a continuidade do negócio e sem alteração significativa na qualidade dos activos (10,60%). Por seu turno, a produção global das empresas do sector de seguros cresceu em 10,8%, acima do dobro do crescimento de 2020 (4,9%) – em linha com o desempenho da economia doméstica no período em análise –, e a capitalização bolsista, principal indicador do Mercado de Valores Mobiliários, teve uma variação positiva de 10,4%.

**O risco sistémico permaneceu no nível moderado, não obstante a tendência para abrandamento do índice de estabilidade financeira e das vulnerabilidades do sistema financeiro doméstico.** A redução do índice de estabilidade financeira foi influenciada pela redução das categorias do risco de mercado e de rendibilidade e solvência, num contexto em que a contração do risco soberano se manteve no nível severo, influenciado pelo incremento do saldo da dívida pública.

---

<sup>1</sup> Com o registo de um crescimento acumulado de 2,2% no ano, após a contracção de 1,2% em 2020.



**Para conter os riscos e mitigar as vulnerabilidades do sistema financeiro nacional, o BM decidiu manter todos os instrumentos da política macroprudencial.** No período em análise, os amortecedores de conservação para os bancos domésticos de importância sistémica e quase sistémica mantiveram-se em 2,0% e 1,0%, respectivamente. Os requisitos macroprudenciais de empréstimos impostos às instituições de crédito e sociedades financeiras (ICSF), designadamente o índice de empréstimo sobre o valor do bem dado como garantia (LTV) e o rácio de serviço da dívida sobre o rendimento do cliente (DTI), mantiveram-se, ambos, com um limite máximo de 100%.

## I. AMBIENTE MACROFINANCEIRO INTERNACIONAL

Em 2021, a actividade económica global apresentou uma trajectória de recuperação, ainda que condicionada pelo surgimento de novas variantes da COVID-19, resultado da flexibilização das medidas preventivas contra a pandemia, incluindo o progresso nos programas de inoculação e as políticas económicas de apoio em todo o mundo.

As expectativas de normalização da política monetária nos Estados Unidos da América e os desafios contínuos da pandemia de COVID-19, a nível mundial, influenciaram os mercados financeiros globais com o aumento da aversão ao risco, elevando, assim, os prémios associados aos activos financeiros.

As instituições financeiras, a nível mundial, mantêm-se resilientes em resultado de níveis robustos de capital e de liquidez e da manutenção do rácio do crédito em incumprimento em níveis internacionalmente aceitáveis.

Os resultados recentes de testes de *stress* nas economias avançadas (EUA, Zona Euro e Reino Unido) e em algumas economias emergentes (Coreia do Sul, China, Singapura e África do Sul)

mostram que o sistema financeiro permanece preparado para suportar choques adicionais, tendo influenciado na decisão de retirada de limitações impostas, no início da pandemia, pelos reguladores de algumas economias<sup>2</sup> na distribuição de dividendos.

Alguns países europeus avaliaram em alta as suas vulnerabilidades, com destaque para as do mercado imobiliário (Dinamarca, República Checa, Noruega e Suécia), e, em resultado, elevaram os *buffers* de capital contracíclico ou sinalizaram incrementos futuros.

A nível da região, o sistema financeiro sul-africano apresenta um grau de resiliência condicionado pela volatilidade dos seus mercados financeiros e pelos ajustes nos preços dos activos. Ainda assim, manteve um desempenho notável e os resultados de testes de *stress* mostram capacidade para resistir a um cenário adverso mais severo. Este desempenho teria sido mais pronunciado sem a influência de alguns factores externos e internos, tais como:

- (i) o aperto esperado nas condições financeiras globais, à medida que

---

<sup>2</sup> Banco da Inglaterra, Banco Central Europeu, Reserva Federal dos EUA, Comissão de Serviços Financeiros (Coreia do Sul) e Autoridade Monetária da Singapura.

as principais economias diminuíram o estímulo e aumentaram as taxas de juros;

- (ii) a desaceleração no crescimento económico chinês, parceiro comercial relevante da economia sul-africana; e
- (iii) as manifestações populares na África do Sul, em Julho de 2021.

O Banco da Maurícia, que passou a ter função de autoridade macroprudencial em Agosto de 2021, reportou melhorias nos indicadores de resiliência do sector bancário, no período em análise, com o capital e os amortecedores de liquidez detidos pelos bancos em níveis que permitem conter choques financeiros e preservar a estabilidade financeira.

## **II. VULNERABILIDADES E RISCOS DO SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO**

**O primeiro semestre de 2021 foi caracterizado pela intensificação da instabilidade militar na região norte do país, a ocorrência de eventos climáticos extremos (ciclones e cheias) e pela segunda vaga de COVID-19, com impacto nas despesas e receitas públicas. A vacinação da população, o alívio de medidas restritivas e os avanços no combate à instabilidade militar marcaram a outra metade do ano.**

**O risco sistémico permaneceu no nível moderado, em Dezembro de 2021, não obstante a redução do índice de estabilidade financeira comparativamente ao ano anterior.**

### **2.1. Vulnerabilidades do sistema**

O sistema financeiro nacional continuou a desenvolver as actividades de intermediação financeira e de prestação de serviços de pagamentos sem perturbações, apesar das vulnerabilidades resultantes dos sucessivos choques que têm estado a abalar a economia doméstica.

Entre as principais vulnerabilidades, destacam-se a degradação do ambiente de investimento devido à instabilidade militar em Cabo Delgado, os factores climáticos adversos, nomeadamente o ciclone Eloise, o endividamento do sector público e a confiança do país no mercado internacional.

### **2.1.1. Instabilidade militar nas regiões centro e norte do país**

Os primeiros meses de 2021 foram marcados pela intensificação da instabilidade militar na província de Cabo-Delgado, que conheceu o seu momento mais dramático com o ataque terrorista à sede do distrito de Palma, o qual culminou com a suspensão do projecto Mozambique LNG em Abril do mesmo ano e levou a população a abandonar as regiões afectadas.

A deterioração da situação militar abriu espaço para a ajuda internacional no combate à acção dos terroristas, com registo de relativa calma e estabilidade no segundo semestre de 2021. Ainda assim, a retoma dos projectos petrolíferos das multinacionais ficou condicionada à restauração de um clima de segurança estável e sustentável.

A região centro do país registou relativa estabilidade militar, sobretudo no segundo

semestre, num ano marcado por restrições financeiras para o avanço no processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

A instabilidade militar no país influenciou a actividade económica e incrementou os gastos do Governo em logística militar e assistência humanitária, além de ter limitado a inclusão financeira.

A destruição de infra-estruturas públicas e privadas, incluindo agências bancárias, e o saque dos valores monetários depositados afectaram a estrutura de custos das instituições de crédito implantadas nos distritos afectados.

Esta situação teve implicações financeiras nos agentes económicos domésticos envolvidos na exploração de oportunidades de conteúdo local e elegíveis para servir os projectos relacionados com a exploração dos recursos energéticos, assim como afectou a confiança do país no mercado internacional.

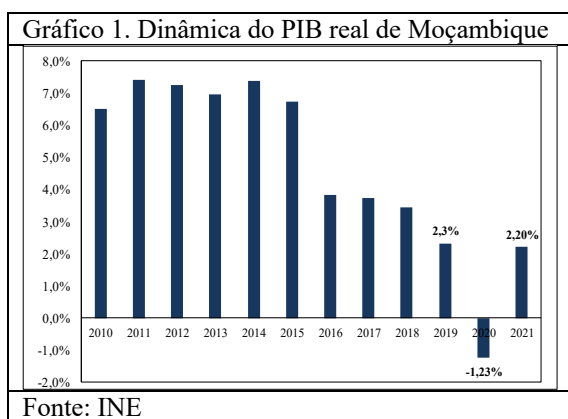
### **2.1.2. Factores climáticos adversos**

Moçambique tem sido afectado de forma recorrente por eventos climáticos adversos, por conta da sua localização geográfica, constituindo uma enorme ameaça à

estabilidade macroeconómica e do sistema financeiro nacional.

Em Janeiro de 2021, as províncias de Manica, Sofala e Zambézia foram afectadas pelo ciclone Eloise, confirmando o aumento da frequência de eventos climáticos extremos, com impacto nas infra-estruturas (vias de comunicação, fábricas, campos de cultivo, entre outros) e no bem-estar da população, gerando custos económicos e sociais.

Adicionalmente, estes eventos impactaram os níveis de produção, afectando a capacidade das famílias e empresas de honrarem os seus compromissos com o sector bancário. Globalmente, continuam a condicionar o crescimento económico, em resultado da destruição de infra-estruturas e da produção (gráfico 1).



### 2.1.3. Endividamento do sector público

O endividamento interno do Estado, em 2021, um indicador que afecta a evolução do risco sistémico, incrementou em 30,5 mil milhões de meticais, a reflectir a utilização de bilhetes do Tesouro para o financiamento do défice das despesas correntes, num contexto de fraca procura por títulos da dívida pública (obrigações de Tesouro) no mercado de capitais.

Este desempenho do endividamento interno, num ano em que a dívida externa reduziu consideravelmente, influenciou a dinâmica do *stock* total da dívida (tabela 1).

Tabela 1. *Stock* da dívida pública – mil milhões de meticais

Descrição	Dez-19	Dez-20	Dez-21
Dívida externa	599,48	701,7	663,3
Dívida interna	154,60	196,92	227,45
<b>Total da dívida</b>	<b>754,08</b>	<b>898,62</b>	<b>890,75</b>

Fonte: MEF

A execução orçamental de 2021 (Tabela 2) mostra que a pressão do lado das despesas públicas resultou dos gastos do sector de saúde e acção social, justificado pelo esforço para conter os impactos da pandemia de COVID-19 e mitigar os seus efeitos sobre a renda das famílias, bem como das despesas para o combate à instabilidade militar.

Tabela 2. Evolução das despesas e receitas públicas – mil milhões de meticais

Descrição	Dez-19	Dez-20	Dez-21
Receitas do Estado	281,71	236,32	266,79
Despesas do Estado	305,86	340,22	356,70
<b>Défice/Financiamento</b>	<b>24,15</b>	<b>103,90</b>	<b>89,91</b>

Fonte: MEF

### 2.1.4. Confiança do país no mercado internacional

Em 2021, a confiança do país no mercado internacional mostrou sinais de melhoria com o início da resolução judicial do processo das dívidas não declaradas e das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o retorno do programa de financiamento, além de avanços alcançados no ambiente militar em Cabo Delgado.

Efectivamente, a confiança do país no mercado internacional<sup>3</sup> permaneceu no nível de risco substancial<sup>4</sup>, ainda que a agência de classificação Moody's tenha melhorado a notação ao passar de Caa2 estável para Caa2 positiva.

A classificação de risco substancial, no mercado internacional, impõe restrições no acesso aos mercados financeiros internacionais, o que pode incrementar o risco de mercado no sistema financeiro doméstico<sup>5</sup> nas componentes taxa de câmbio e taxa de juros (tabela 3).

<sup>3</sup> A confiança do país no mercado internacional é usada pelos investidores para a tomada de decisão de investimento numa dada economia.

<sup>4</sup> Classificação alcançada em Outubro de 2019, após a retirada da categoria de incumprimento financeiro (*default*).

<sup>5</sup> Considerando o peso do sector bancário no sistema financeiro doméstico.

Tabela 3. Classificação do país no mercado internacional<sup>6</sup>

Agência	Dez 18	Dez 19	Dez 20	Dez-21
Moody's	Caa3 (negativa)	Caa2 (estável)	Caa2 (estável)	Caa2 (positiva)
Standard & Poor's	SD	CCC+ (estável)	CCC+ (estável)	CCC+ (estável)
Fitch Ratings	RD	CCC	CCC	CCC

Fonte: Moody's; S&P; Fitch

Comparativamente aos países da região da SADC, Moçambique apresenta uma das notações mais baixas, o que pode constituir um factor penalizador na captação de investimentos para o país (tabela 4).

Tabela 4. Classificação dos países da SADC no mercado internacional

Países/Agência	Moody's	Standard & Poor's	Fitch Ratings
Moçambique	Caa2 (positiva)	CCC+ (estável)	CCC
África do Sul	Ba2 (negativa)	BB- (Estável)	BB-
Angola	B3	B-	B-(estável)
Zâmbia		SD	RD
Botswana	A3	BBB+	
Maurícia	Baa2		
Malawi			B-

Fonte: Moody's; S&P; Fitch

### 2.1.5. Pandemia de COVID-19

O surgimento de três vagas de COVID-19 (associadas a três novas variantes) ao longo do ano levou à adopção de medidas restritivas, previamente relaxadas em momentos favoráveis, para conter a propagação da pandemia, tendo afectado o ritmo de recuperação da actividade económica.

<sup>6</sup> CCC+: risco substancial; Caa2: risco substancial; Caa3: risco substancial; CCC: risco substancial; SD: incumprimento; RD: incumprimento.

No período em análise, a implementação de medidas restritivas reduziu, do lado da procura, os rendimentos e a confiança das famílias e das empresas, tendo as primeiras adequado o padrão de consumo à redução do rendimento.

Em relação à oferta, o canal de transmissão mais directo esteve associado à impossibilidade de certas actividades serem desenvolvidas, com destaque para o sector de turismo (ramo de hotelaria e restauração), com potencial para incrementar o nível de crédito em incumprimento no sector bancário.

Apesar dos constrangimentos criados pela pandemia, o país registou um crescimento acumulado de 2,2%, em 2021 (contra uma contracção de 1,2% observada em 2020), explicado em grande parte pelo alívio das medidas restritivas de contenção da COVID-19, em momentos favoráveis, consolidando as perspectivas de recuperação da economia, com potencial para reduzir a exposição do país a esta vulnerabilidade e contribuir para a estabilidade do sistema financeiro.

## **2.2. Avaliação do risco sistémico**

A avaliação do risco sistémico tem como base uma matriz, que é uma ferramenta quantitativa que apresenta a dinâmica do risco no sector bancário moçambicano.

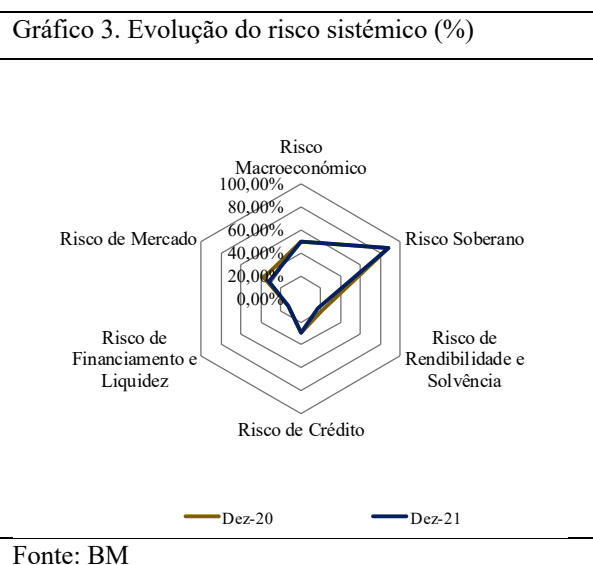
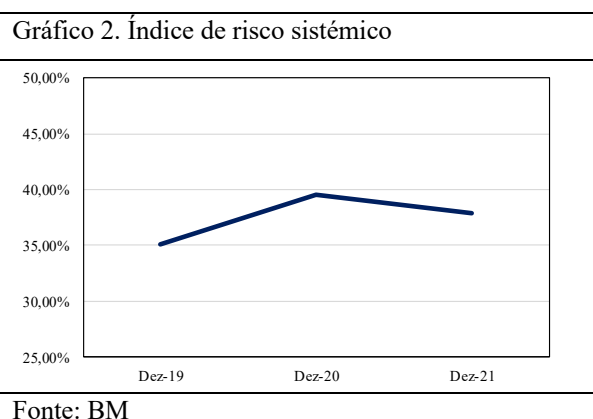
A matriz é composta por 19 indicadores agrupados nas seguintes seis categorias:

- (i) risco macroeconómico;
- (ii) risco soberano;
- (iii) risco de rendibilidade e solvência;
- (iv) risco de crédito;
- (v) risco de financiamento e liquidez; e
- (vi) risco de mercado.

O risco sistémico é mensurado através de um índice de estabilidade financeira (caixa 1 – metodologia de cálculo do índice de estabilidade financeira), que pode ser classificado como baixo, moderado, elevado ou severo.

Em Dezembro de 2021, o risco sistémico permaneceu no nível moderado, não obstante a redução do índice de estabilidade financeira em 1,74 pp, relativamente ao período homólogo de 2020, passando para 37,85%.

Este abrandamento foi influenciado pela redução dos índices dos riscos de mercado e de rendibilidade e solvência, que passaram de 37,50% e 20,83%, em Dezembro de 2020, para 31,25% e 16,67%, em Dezembro de 2021, respectivamente (*vide* gráficos 2 e 3, onde o nível de risco aumenta no sentido do centro para o exterior da teia).



A avaliação por categoria de risco permite constatar o seguinte:

## 2.2.1. Risco macroeconómico

Em Dezembro de 2021, o risco macroeconómico permaneceu no nível alto, devido à subida da inflação, não obstante a aceleração da actividade económica.

Com efeito, a inflação subiu de 3,52%, correspondente a risco baixo, em Dezembro de 2020, para 6,74%, correspondente a risco alto, em Dezembro de 2021. Por seu turno, o crescimento do PIB passou de -1,77%, correspondente a risco severo, no IV trimestre de 2020, para 3,32%, correspondente a risco moderado, em igual período de 2021.

O comportamento dos indicadores desta categoria de risco foi influenciado pelos seguintes factores:

- No que tange ao crescimento económico, (i) o alívio das medidas restritivas a nível interno e externo, no âmbito da pandemia de COVID-19 (com impacto na melhoria da procura interna e externa) e (ii) a evolução favorável dos preços das principais mercadorias de exportação;
- Em relação à inflação, (i) a redução da oferta interna de produtos agrícolas, decorrente dos choques climáticos que assolaram o país em



2021 e (ii) o aumento do custo de frete de mercadorias no mercado internacional.

### **2.2.2. Risco soberano**

Em Dezembro de 2021, o risco soberano permaneceu no nível severo, devido à manutenção da tendência crescente dos rácios crédito ao Governo/crédito total e dívida pública/PIB.

Efectivamente, o rácio crédito ao Governo/crédito total passou de 39,76%, em Dezembro de 2020, para 44,74%, em Dezembro de 2021 e o rácio dívida pública/PIB passou de 97,35% para 89,85%, no mesmo período.

Estes agravamentos foram influenciados, basicamente, pelo incremento do saldo da dívida pública, num contexto de ligeira expansão da actividade económica, após a contracção registada no ano anterior.

O aumento do rácio crédito ao Governo/crédito total mostra que as instituições bancárias continuam a privilegiar as aplicações em títulos do Governo em detrimento do crédito à economia.

### **2.2.3. Risco de rendibilidade e solvência**

Em Dezembro de 2021, os indicadores de rendibilidade e solvência mantiveram-se em níveis satisfatórios, nomeadamente de riscos baixo e moderado, o que mostra que o sector bancário continua robusto, está suficientemente capitalizado e foi resiliente às adversidades verificadas no período.

De referir que, em Dezembro de 2021, o rácio de solvabilidade do sector bancário situou-se em 26,19%<sup>7</sup>, cifra superior em 14,19 pp ao limite legal mínimo fixado por lei aos bancos.

No que respeita à rendibilidade, o sector apresentou um desempenho positivo, contribuindo para a manutenção do nível de risco baixo da categoria, tendo-se verificado, durante o ano de 2021, um incremento dos respectivos indicadores (ROA e ROE).

Com efeito, no período em análise, o sector bancário teve um resultado líquido positivo equivalente a 3,10% do activo total (ROA) e 25,15% dos capitais próprios (ROE), depois de um resultado positivo equivalente a 2,20% e 18,75%, do

---

<sup>7</sup> Após 26,06% em Dezembro de 2020.

activo total e dos capitais próprios, respectivamente, no período homólogo do ano anterior.

#### **2.2.4. Risco de crédito**

Em Dezembro de 2021, o risco de crédito permaneceu no nível moderado.

Por um lado, o rácio de NPL permaneceu estável, em torno de 10,00%, correspondente ao nível de risco alto, não obstante as adversidades que assolaram o país durante o período em referência, reflexo do aumento da prudência dos bancos na gestão das respectivas carteiras de crédito.

Por outro lado, crescimento do crédito à economia e o hiato do rácio do crédito à economia sobre o produto interno bruto (CE/PIB) mantiveram no nível de de risco baixo.

O crescimento do crédito à economia registou uma desaceleração de 11,96 pp, passando de 14,62%, em Dezembro de 2020, para 2,66%, em Dezembro de 2021.

#### **2.2.5. Risco de financiamento e liquidez**

Em 2021, o risco de financiamento e liquidez manteve-se no nível baixo.

Tanto o rácio entre empréstimos e depósitos como o rácio de cobertura de liquidez de curto prazo permaneceram em níveis correspondentes a risco baixo durante o período, em resultado da elevada liquidez existente no mercado e do fraco crescimento do crédito à economia.

#### **2.2.6. Risco de mercado**

Em Dezembro de 2021, o risco de mercado permaneceu no nível de risco moderado, não obstante a redução do respectivo índice em 6,25 pp, comparativamente ao período homólogo de 2020, fixando-se em 31,25%.

Esta diminuição foi influenciada pela redução da volatilidade da taxa de câmbio do Metical em relação ao dólar dos EUA, que se fixou no nível de risco baixo, em Dezembro de 2021, depois de ter registado uma percentagem correspondente ao risco moderado, em Dezembro de 2020.

Os demais indicadores de risco da categoria, nomeadamente, rácio dos depósitos em moeda estrangeira (ME) sobre depósitos totais, rácio do crédito em ME sobre crédito total e *prime rate* do sistema financeiro, tiveram um comportamento estável durante o período em análise, favorecendo a manutenção do risco de mercado no nível moderado.

### Caixa 1. Metodologia para o cálculo do índice de estabilidade financeira

A avaliação de risco sistémico baseia-se num índice de estabilidade financeira que é determinado através de uma matriz de risco sistémico, composta por 19 indicadores de risco, agrupados em seis categorias de risco, que correspondem às principais fontes de risco sistémico do sector bancário moçambicano, nomeadamente:

- risco macroeconómico;
- risco soberano;
- risco de rentabilidade e solvência;
- risco de crédito;
- risco de financiamento e liquidez; e
- risco de mercado.

Para cada um dos indicadores, foram definidos quatro intervalos de risco, a saber: risco baixo, moderado, alto e severo, tendo os respectivos limiares sido fixados com base nos limites prudenciais regulamentares, julgamentos do supervisor, boas práticas e experiências internacionais.

Para a determinação do índice de estabilidade financeira, foram estabelecidos ponderadores que representam a situação de risco de cada indicador, sendo que o risco baixo foi ponderado num limiar máximo de 27,5%, o moderado em 50,0%, o alto em 72,5% e o severo em 95,0%.

O primeiro passo da determinação do índice geral de estabilidade financeira consiste em calcular o índice para cada uma das categorias de risco, sendo este obtido a partir da média dos valores ponderados de risco dos respectivos indicadores. Por sua vez, o índice de estabilidade financeira é determinado através da média dos índices das categorias de risco.

Para o índice de estabilidade financeira, tanto das categorias de risco como do risco sistémico global, foram definidos quatro intervalos de risco:

De 5,0% - 27,5% - risco baixo;

De 27,5% a 50,0% - risco moderado;

De 50,0% a 72,5% - risco elevado;

De 72,5% - 95,0% - risco severo.

De referir que temos maior estabilidade financeira quanto menor for o valor do índice de estabilidade financeira. Dito de outro modo, a estabilidade financeira é inversamente proporcional ao valor do respectivo indicador, ou seja, o risco sistémico é maior quanto maior for o valor do índice de estabilidade financeira.

## Caixa 2. Crédito ao sector imobiliário

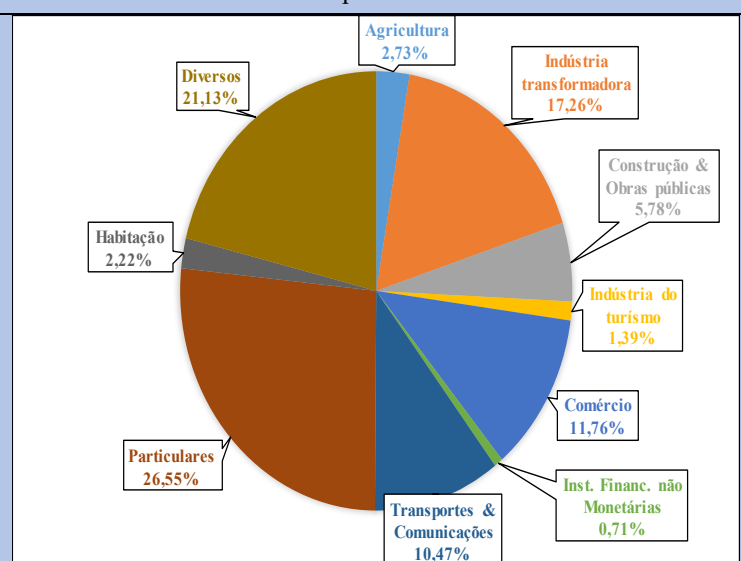
O crédito imobiliário é uma das componentes mais importantes dos empréstimos bancários, sobretudo para uma economia emergente. Este produto é oferecido por instituições financeiras para a compra, construção ou reforma de imóveis.

O gráfico 4 reporta a distribuição do crédito por sectores de actividade, segundo a Classificação de Actividades Económicas de Moçambique (CAE\_Rev.2). Os sectores mais financiados são particulares (26,55%), diversos (21,13%), indústria transformadora (17,26%), comércio (11,76%) e transportes e comunicações (10,47%).

Nota-se que a porção destinada à habitação foi de 2,22%.

A pouca adesão ao sector pode estar relacionada com algumas limitações, com destaque para:

Gráfico 4. Crédito à economia por sectores



Fonte: BM

- A exigência de muita documentação, pelos bancos, na tramitação do expediente, nomeadamente:

- ✓ Contratos-promessa, títulos de propriedade, certidões dos imóveis, seguros, entre outros, para aquisição de imóveis já construídos;
- ✓ Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT),

autorização de construção emitidas pelos municípios, taxas e outros, para efeitos de autoconstrução;

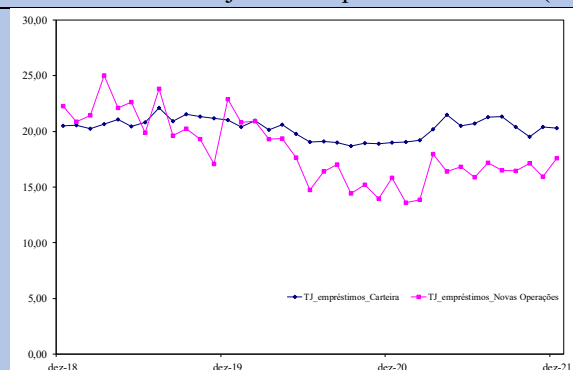
- Baixo nível de rendimento em Moçambique (PIB *per capita* de cerca de USD 467,00), o qual se agravou devido ao cenário recessivo<sup>8</sup> e ao histórico de altas taxas<sup>9</sup> de juro (gráfico 5);
- Preços altos dos imóveis no mercado, face ao rendimento de grande parte da população moçambicana;
- O ciclo económico que o país atravessa, caracterizado pela fraca procura agregada e receios sobre a capacidade de as famílias e empresas honrarem os seus compromissos.

<sup>8</sup> Taxa de crescimento do PIB de -1,23% em 2020.

<sup>9</sup> As taxas de juro activas referentes à maturidade de um ano fixaram-se em 20,32%, para a carteira, e 17,59%, para as novas operações.

Entretanto, esta cifra deve ser interpretada com prudência, dado que, devido a diversos factores (erros de classificação, literacia financeira, burocracia excessiva, etc.), parte considerável do crédito a

Gráfico 5. Taxas de juro de empréstimos em MN (%)

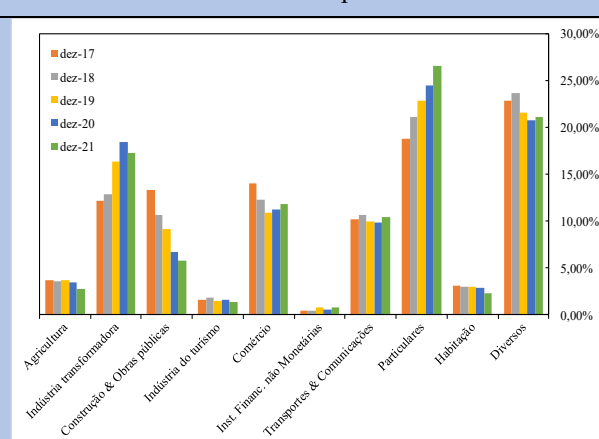


Fonte: BM

particulares e a diversos pode estar a ser aplicada no sector imobiliário<sup>10</sup>.

O outro destaque vai para o facto de o crédito a particulares observar um crescimento nos últimos cinco anos, à semelhança do alocado à indústria transformadora (gráfico 6).

Gráfico 6. Crédito à economia por sectores



Fonte: BM

As dificuldades em descortinar as diversas aplicações para as quais o crédito a particulares e diversos é orientado impõe à observância de medidas de cautela na exposição do sector bancário a este tipo de crédito, particularmente num contexto em que a qualidade dos activos do sector não é a desejável. Este facto talvez justifique, em parte, a percentagem reduzida do financiamento destinado à habitação.

Efectivamente, analisando os dados relativos ao crédito à habitação e crédito a particulares, numa base trimestral, de Dezembro de 2002 a

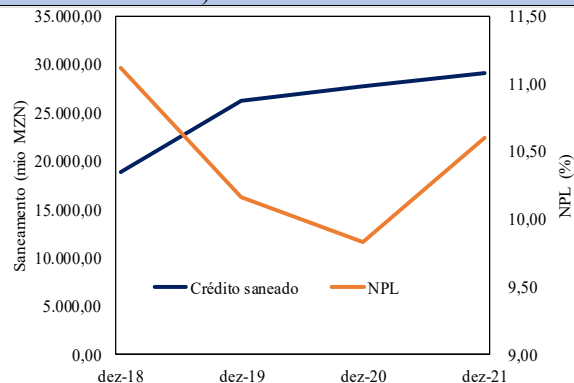
Dezembro de 2021, conclui-se que o mercado de habitação pode representar um elemento-chave a considerar<sup>11</sup>, quando se pretende medir os custos de um potencial incumprimento da carteira de crédito, particularmente no que concerne à evolução do NPL e do risco de crédito, risco bancário mais relevante.

Com efeito, o NPL tende a agravar-se e o crédito saneado, medido em fluxos, continua com tendência para crescimento, apesar de observar um ritmo menos pronunciado (gráfico 7), sugerindo a necessidade de existência de planos de contingência para assegurar a resiliência do sector bancário em caso de choques.

<sup>10</sup> Como se verifica no gráfico 4, cerca de metade do crédito (49,90%) está orientado para as famílias, sendo que boa parte deste financiamento pode estar associado ao sector imobiliário.

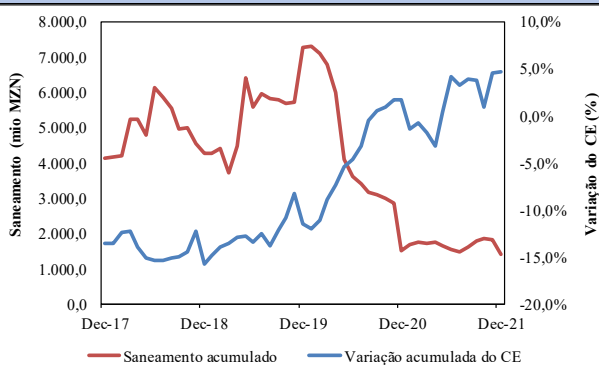
<sup>11</sup> No pressuposto de que uma parte importante do crédito particular se destina à habitação e outros bens duráveis.

Gráfico 7. Evolução do NPL (%) e do crédito saneado (milhões de meticais)



Fonte: BM

Gráfico 8. Variação do CE vs. variação acumulada do saneamento



Fonte: BM

O gráfico 8 mostra que o CE continuou com tendência para crescimento no sistema, destacando-se o financiamento a empresas privadas e particulares.

O crédito saneado teve, no período em análise, um comportamento de desaceleração, em parte graças às medidas de alívio e renegociação dos empréstimos implementados pelos bancos.

Estes dois fenómenos reforçam a necessidade permanente de monitoramento, essencialmente aos sectores de empresas e particulares, para redução do risco associado ao crédito e uma melhor gestão de crises.

### III. DESEMPENHO DO SISTEMA FINANCEIRO

#### 3.1. Sector bancário

**Não obstante os efeitos da pandemia de COVID-19 e da instabilidade militar, o sector bancário, que domina a prestação de serviços financeiros, permanece sólido, estável, lucrativo e líquido, ainda que os níveis do NPL continuem elevados.**

**Os níveis de capital e liquidez estão acima dos requisitos regulamentares. Por conseguinte, os riscos de rendibilidade e solvência e de liquidez permanecem baixos.**

**No entanto, o risco de crédito continua a ser uma preocupação devido ao alto índice de inadimplência do crédito, que tem estado a contribuir para a deterioração da qualidade dos activos.**

##### 3.1.1. Estrutura e composição do sector bancário

Em Dezembro de 2021, estavam em funcionamento no sistema bancário 27 instituições de crédito (15 bancos, 11 microbancos e 1 cooperativa) e 5 sociedades financeiras (2 sociedades de investimento e 3 instituições de moeda estrangeira) (tabela 5).

Tabela 5. Bancos a operarem em Moçambique

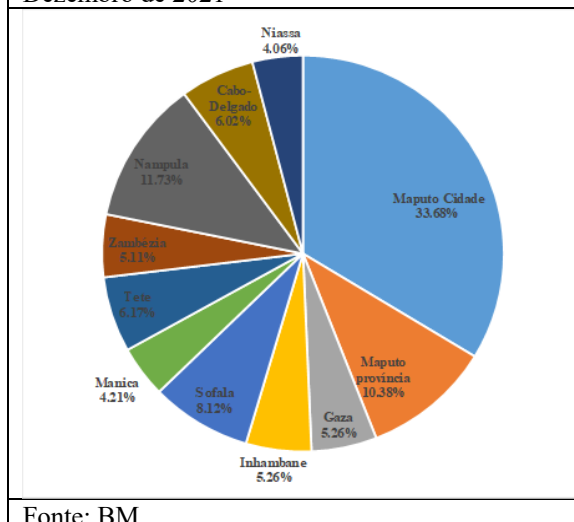
N.º	Nome de Instituição	Controlo de Capital
1	ABSA Bank Moçambique, SA	Privado Estrangeiro
2	Access Bank Moçambique, SA	Privado Estrangeiro
3	Banco Comercial e de Investimentos, SA	Privado Estrangeiro
4	Banco de Investimento Global, SA	Privado Estrangeiro
5	Banco Internacional de Moçambique, SA	Privado Estrangeiro
6	Banco Nacional de Investimento, SA	Público
7	Ecobank Moçambique, SA	Privado Estrangeiro
8	First Capital Bank (Mozambique), SA	Privado Estrangeiro
9	FNB Moçambique, SA	Privado Estrangeiro
10	Banco Letshego, SA	Privado Estrangeiro
11	Moza Banco, SA	Privado Nacional
12	Nedbank, SA	Privado Estrangeiro
13	Standard Bank Moçambique, SA	Privado Estrangeiro
14	Banco Société Générale Moçambique, SA	Privado Estrangeiro
15	United Bank for Africa Moçambique, SA	Privado Estrangeiro

Fonte: BM

Ao nível de cobertura geográfica da rede de agências de instituições de crédito pelo território nacional, no período em análise, o sistema bancário estava composto por 747 agências, nomeadamente 665 bancos, 81 microbancos e 1 cooperativa de crédito.

Em termos de distribuição pelo país, as agências de bancos estão mais concentradas nas províncias de Maputo cidade, Nampula, Maputo província e

Gráfico 9. Agências de bancos por províncias em Dezembro de 2021

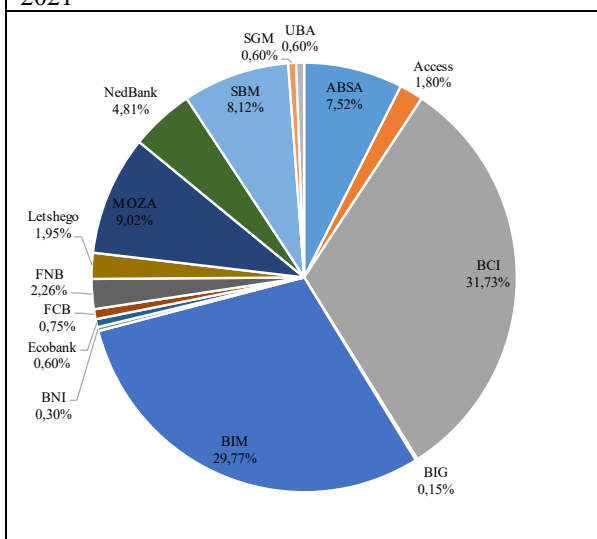


Fonte: BM

Sofala, com 33,68%, 11,73%, 10,38% e 8,12%, respectivamente (gráfico 9).

Relativamente ao número de agências em funcionamento, o BCI lidera a quota de mercado de bancos com 31,73% do total, seguido pelo BIM, MOZA, Standard Bank e ABSA, com 29,77%, 9,02%, 8,12% e 7,52%, respectivamente (gráfico 10).

Gráfico 10. Agências por bancos em Dezembro de 2021



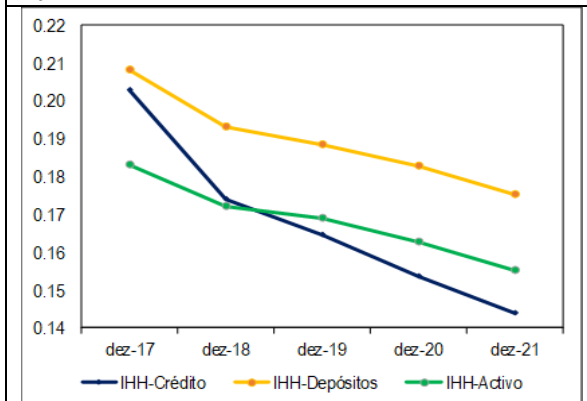
Fonte: BM

### 3.1.2. Níveis de concentração do sector bancário

No período em análise, o nível de concentração bancária, medido pelo índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) foi moderado, tendo-se situado entre 0,14 e 0,18 (gráfico 11), mantendo-se a tendência decrescente dos últimos anos, devido à entrada em funcionamento de novas instituições de crédito, alteração da composição, aumento da rede de agências e conseqüente aumento do volume de

negócios, o que traduz uma melhoria da competição no sector bancário.

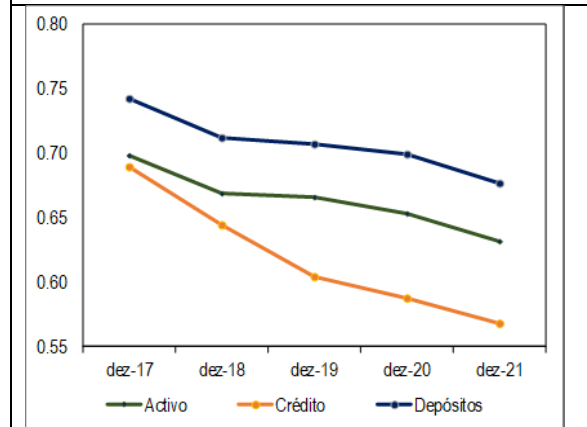
Gráfico 11. Evolução dos níveis de concentração do sector bancário – Índice IHH – Dezembro de 2021



Fonte: BM

Os três bancos sistemicamente importantes, designadamente Millennium bim, BCI e Standard Bank concentravam **63,16%**, **67,63%** e **56,80%** da totalidade dos depósitos, activos e créditos do sector bancário, respectivamente (grafico 12).

Gráfico 12. Evolução dos níveis de concentração dos três maiores bancos – Dezembro de 2021



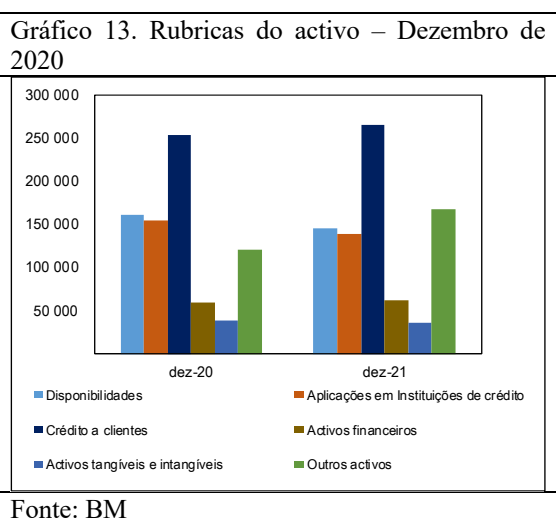
Fonte: BM



### 3.1.3. Estrutura do balanço

#### 3.1.3.1. Activo

No final do exercício económico de 2021, o activo total do sector bancário ascendeu a 814,4 mil milhões de meticais, representando um crescimento de 3,57% face ao período homólogo do ano anterior, e uma diminuição, em relação ao PIB, de 80,00%, em Dezembro de 2020, para 77,00%, em Dezembro de 2021. Esta variação foi influenciada, sobretudo, pelo aumento de outros activos (39,68%) e activos financeiros (4,48%) (gráfico 13).



As instituições de crédito continuaram a privilegiar o investimento em activos de elevada liquidez, rendibilidade e de menor risco. Estes activos, constituídos pelas disponibilidades, aplicações em instituições de crédito e activos financeiros, representaram 42,50% do total

do activo (contra 47,62%, em Dezembro de 2020).

O crédito, líquido de imparidades, continua a representar uma parcela substancial do balanço do sector bancário, alcançando o peso de 32,51% (32,30%, em Dezembro de 2020).

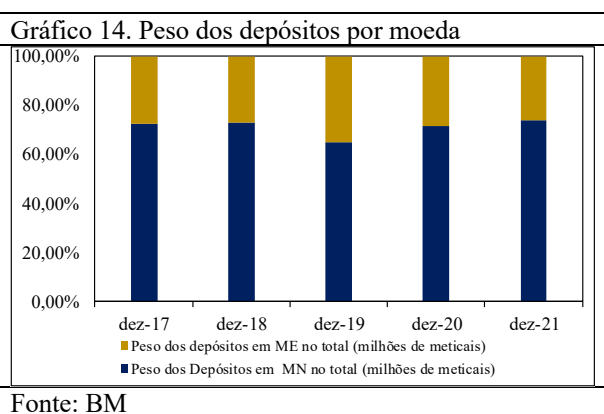
#### 3.1.3.2. Passivo e capitais próprios

No período em análise, o passivo total do sector bancário cifrou-se em 662,1 mil milhões de meticais, representando uma expansão de 9,8 mil milhões de meticais (1,51%) face ao valor alcançado no período homólogo de 2020.

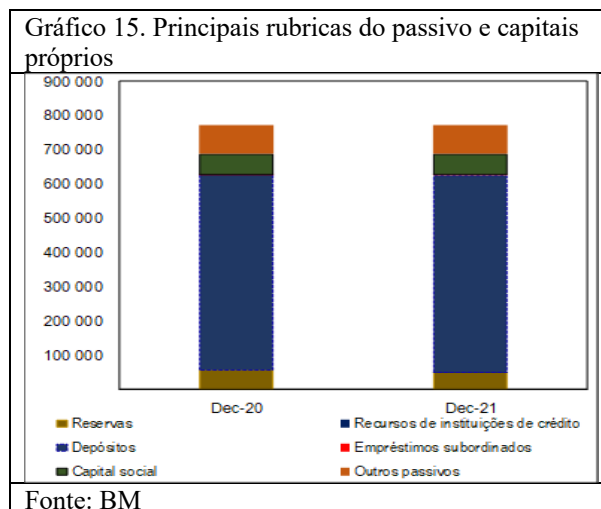
Esta variação resultou, fundamentalmente, do aumento dos depósitos em 5,8 mil milhões de meticais, ou seja, 1,03% em relação ao ano precedente. Os depósitos constituem a maior fonte de captação de recursos das instituições de crédito e representam 86,65% do passivo total.

Os depósitos fixaram-se em 573,7 mil milhões de meticais, dos quais 74,16% (425,4 mil milhões de meticais) em moeda nacional e 25,84% (148,3 mil milhões de meticais) em moeda estrangeira. Ao longo do período em análise, os depósitos em moeda nacional aumentaram 19,2 mil milhões de meticais (4,72%), enquanto os

depósitos em moeda estrangeira diminuíram 13,3 mil milhões de meticais (8,25%). O peso dos depósitos em moeda estrangeira na estrutura dos depósitos totais tem vindo a diminuir, como resultado das medidas tomadas para reduzir a dolarização da economia (*vide* o gráfico 14).



Os capitais próprios do sector bancário totalizaram 152,3 mil milhões de meticais, representando um aumento absoluto de 18,2 mil milhões de meticais (13,60%) face ao registado em Dezembro de 2020, devido, sobretudo, ao crescimento dos resultados líquidos do exercício em 52,71%. Do total de capitais próprios, cerca de 61,6 mil milhões de meticais (40,42%) correspondiam ao capital social (Gráfico 15).



### 3.1.4. Indicadores de solidez financeira

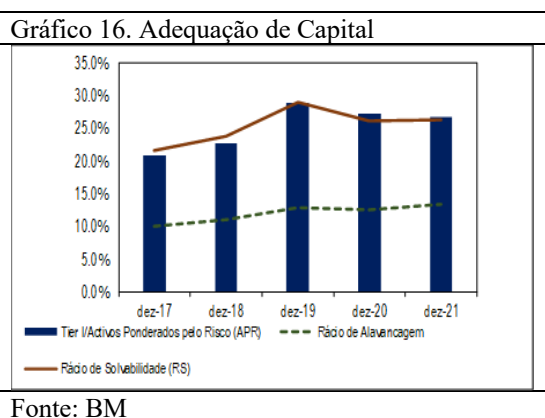
#### 3.1.4.1. Adequação de capital

O sector bancário nacional permaneceu suficientemente capitalizado para enfrentar riscos económicos e financeiros, conforme evidenciado pelos índices de capital, que se situaram bem acima dos mínimos regulamentares.

O rácio de solvabilidade agregado registou um incremento de 0,13 pp comparativamente ao ano anterior, ao fixar-se em 26,19% (14,19 pp acima do mínimo regulamentar de 12,00%), justificado pelo aumento dos fundos próprios elegíveis (12,74%), inferior ao aumento dos activos ponderados pelo risco (12,19%).

O rácio de solvabilidade de base (*Tier I*)<sup>12</sup> sobre os activos ponderados pelo risco situou-se em 26,71% (27,18% em Dezembro de 2020), tendo-se deteriorado em 0,46 pp devido ao crescimento dos activos ponderados pelo risco (12,19%), superior ao aumento do *Tier I* (10,28%). Esta variação representa uma ligeira deterioração da cobertura do capital de maior qualidade sobre os activos ponderados pelo risco.

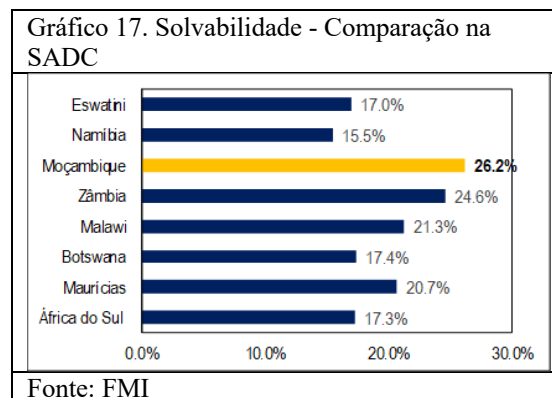
O rácio de alavancagem<sup>13</sup> fixou-se em 13,27% (12,46% em Dezembro de 2020), constituindo um outro indicador de adequação de capital que fornece informação sobre a dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios (*vide* o gráfico 16).



<sup>12</sup> O *Tier I* corresponde ao somatório dos fundos próprios de base, de acordo com o **Aviso 09/GBM/2017, de 05 de Junho**.

<sup>13</sup> Estabelece a relação entre o *Tier I* e os activos totais deduzidos de intangíveis.

Comparando com alguns países da região austral de África, o rácio de solvabilidade do sistema bancário nacional é elevado (gráfico 17).



### 3.1.4.2. Qualidade de activos

Activos de má qualidade e concentração de aplicações podem acarretar problemas de insolvência, comprometendo expectativas de crescimento, competição e continuidade da instituição de crédito, pelo que se mostra necessário assegurar prudência e diversificação na concessão de crédito.

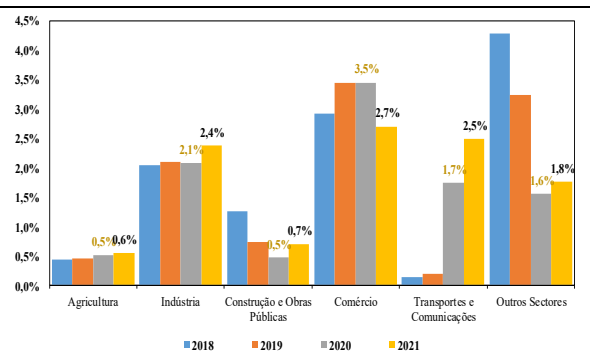
No período em análise, a qualidade dos activos, medida pelo NPL, permaneceu relativamente inalterada e acima do *benchmark* convencional de 5%. Com efeito, o NPL<sup>14</sup> foi de 10,60%, contra 9,83% do período homólogo de 2020.

Em termos de contribuição do NPL por sectores de actividade, em Dezembro de 2021, o comércio, tal como em 2020, teve

<sup>14</sup> Crédito vencido há mais de 90 dias sobre o crédito total.

o maior contributo com 2,7%, seguido dos transportes e comunicações com 2,5%<sup>15</sup> e indústria com 2,4% (gráfico 18).

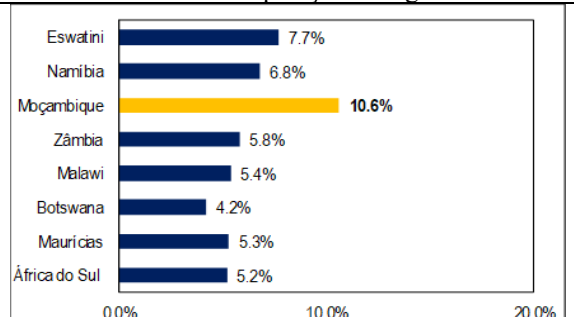
Gráfico 18. Contribuição do NPL por sectores de actividade



Fonte: BM

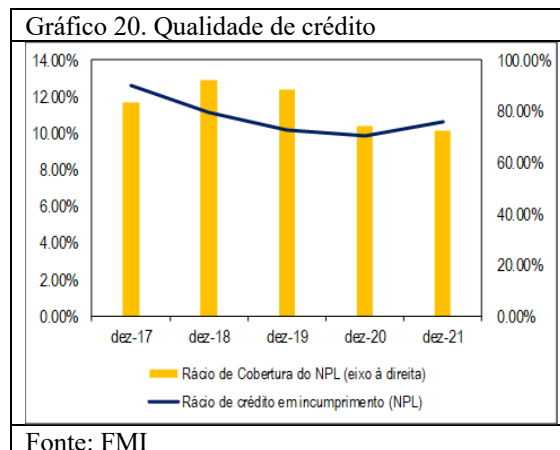
Comparativamente a alguns países da região austral, o nível de incumprimento em Moçambique é mais elevado (gráfico 19).

Gráfico 19. NPL - Comparação na região austral



Fonte: FMI

O rácio de cobertura do NPL pelas provisões específicas diminuiu de 74,1%, em Dezembro de 2020, para 72,6% em Dezembro de 2021 (gráfico 20).



Fonte: FMI

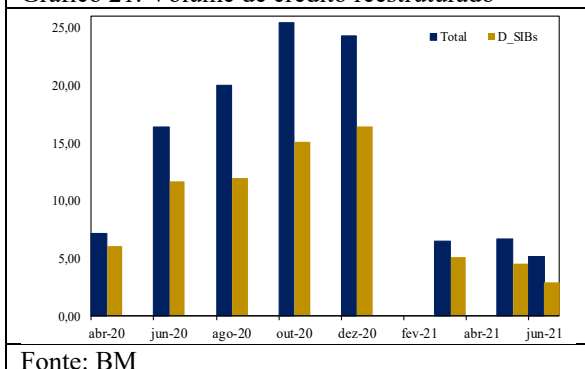
O NPL poderia ter um valor mais expressivo se o BM, a fim de salvaguardar a estabilidade financeira e atenuar o impacto da COVID-19 no sector bancário, não tivesse concedido uma autorização excepcional de não constituição de provisões adicionais pelas ICSF, nos casos de renegociação dos termos e condições dos empréstimos, antes do seu vencimento, para os clientes afectados por esta pandemia.

### Crédito reestruturado

Em Abril de 2020, o crédito reestruturado foi de 7,2 mil milhões de meticais, tendo registado um valor máximo de 25,4 mil milhões de meticais em Outubro de 2020 e um mínimo de 5,1 mil milhões de meticais em Junho de 2021 (gráfico 21).

<sup>15</sup> Este sector tem registado um crescimento acentuado nos últimos anos.

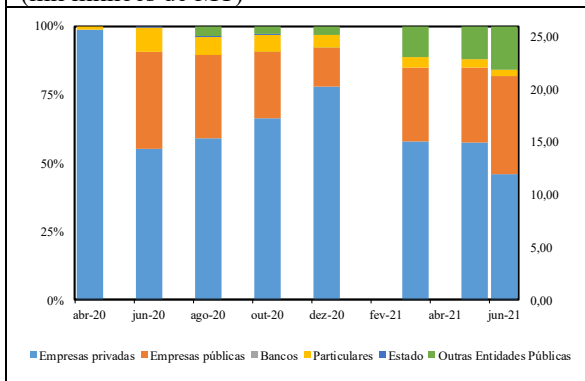
Gráfico 21. Volume de crédito reestruturado



Fonte: BM

Estas reestruturações foram mais pronunciadas para as instituições de importância sistémica (gráfico 21), que detêm acima de 60,0% do total da carteira de crédito do sector, ao longo do período de adopção das medidas de alívio à pandemia de COVID-19 no sistema financeiro, tendência que foi reduzindo até Junho de 2021.

Gráfico 22. Distribuição do crédito reestruturado (mil milhões de MT)



Fonte: BM

Relativamente aos sectores mais beneficiados pela reestruturação, destacam-se as empresas privadas, seguidas pelas empresas públicas, outras entidades públicas e particulares (gráfico 22).

### 3.1.4.3. Rendibilidade

Pesem embora as adversidades provocadas pela crise económica e sanitária devido à pandemia global de COVID-19, o sector bancário continuou a registar lucros, tendo os resultados líquidos do exercício incrementado em 8,5 mil milhões de meticais, fixando-se em 24,5 mil milhões de meticais em Dezembro de 2021. Esta variação é justificada pelo incremento das comissões líquidas em 3 mil milhões de meticais (25,30%), da margem financeira em 8,9 mil milhões de meticais (correspondente a 18,30%) e dos resultados de operações financeiras em 0,6 mil milhões de meticais (7,23%).

Em Dezembro de 2021, os principais indicadores de rendibilidade do sector bancário tiveram um comportamento misto comparativamente a igual período do ano anterior (*vide* tabela 6):

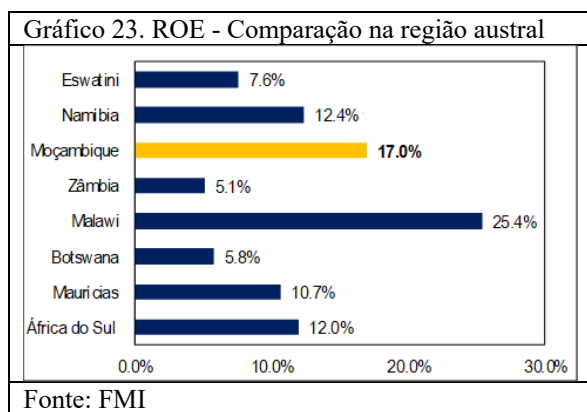
Descrição	Dez-19	Dez-20	Dez-21
ROA	2,96%	2,20%	3,10%
ROE	24,93%	18,75%	25,15%
Rácio de margem financeira	67,55%	65,89%	64,08%
Rácio <i>cost-to-income</i>	59,25%	62,05%	53,75%

Fonte: BM

- A rendibilidade do activo (ROA) fixou-se em 3,10% (2,20% em Dezembro de 2020);
- A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) foi de 25,15% (18,75% em Dezembro de 2020);

- O peso da margem financeira no produto bancário diminuiu de 65,89% em Dezembro de 2020 para 64,08% em Dezembro de 2021, o que evidencia a queda da intermediação financeira na geração dos resultados;
- O rácio *cost-to-income* situou-se em 53,75% (62,05% em Dezembro de 2020), registando uma diminuição de 13,39 pp, o que indicia uma melhoria da eficiência bancária.

O nível de rentabilidade do sector bancário nacional, medido pelo ROE, mostrou-se superior ao da maioria dos países da África Austral incluídos na amostra abaixo, com excepção do Malawi (gráfico 23).



### 3.1.4.4. Liquidez e gestão de fundos

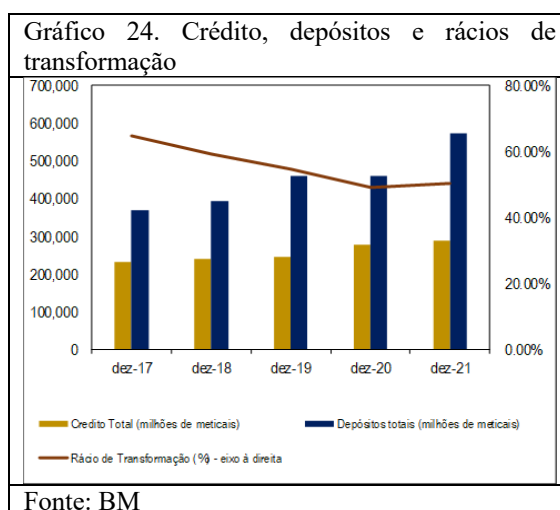
No período em análise, os indicadores de liquidez mantiveram a tendência para crescimento dos últimos três anos, o que permite assegurar a continuidade das operações de financiamento do sector bancário (tabela 7).

**Tabela 7. Principais indicadores de liquidez**

Rácio	Dez-20	Dez-20	Dez-21
Activos líquidos/depósitos totais	57,14%	58,89%	67,98%
Activos líquidos/total do activo	39,32%	42,53%	47,89%
Cobertura de liquidez de curto prazo	56,13%	58,54%	68,30%
Taxa de transformação de depósitos em crédito	54,74%	48,94%	50,22%

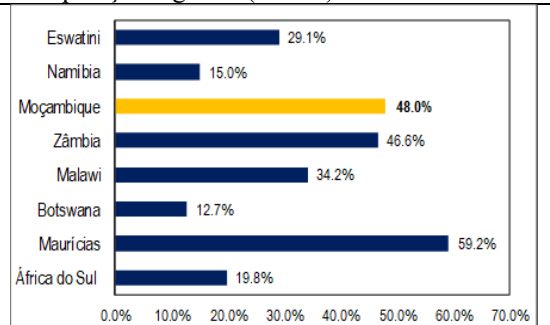
Fonte: BM

O rácio de transformação dos depósitos em crédito situou-se em 50,22%, devido ao incremento do crédito em 3,72%, que superou o ritmo de crescimento dos depósitos de 1,08% (Gráfico 24).



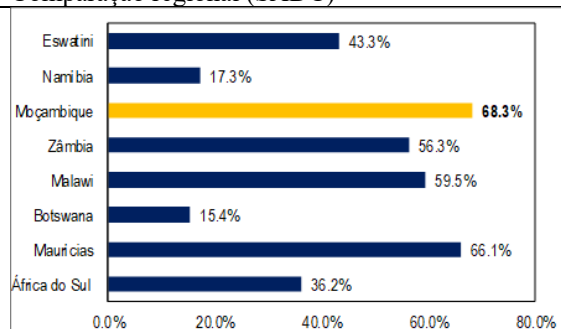
O nível observado nos indicadores de liquidez revelou-se superior à média das economias de alguns países da África Austral (gráficos 25 e 26).

Gráfico 25. Rácio activos líquidos/total activos – Comparação regional (SADC)



Fonte: FMI

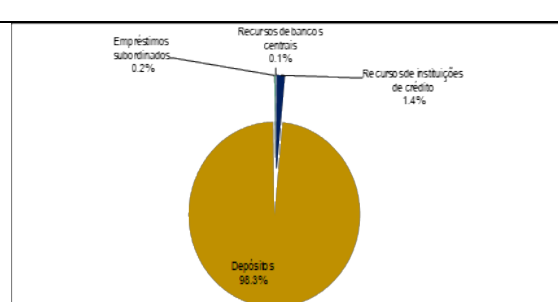
Gráfico 26. Rácio activos líquidos/total activos – Comparação regional (SADC)



Fonte: FMI

Enquanto isso, os depósitos continuaram a representar a principal e a mais estável fonte de financiamento do sector bancário, com um peso de 98,30% (98,56% em Dezembro de 2020) do total, tendo as restantes fontes de recursos mantido um peso residual (gráfico 27).

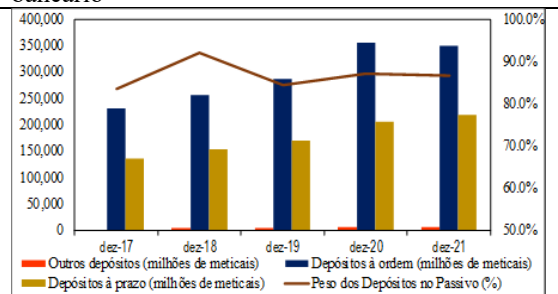
Gráfico 27. Fontes de financiamento do sector bancário



Fonte: BM

No que respeita à estrutura dos depósitos, 61,02% correspondem aos depósitos à ordem, sendo o remanescente equivalente à componente a prazo (37,97%) e outros depósitos (1,01%). Os depósitos a prazo registaram aumentos equivalentes a 5,96%, enquanto os depósitos à ordem e outros depósitos diminuíram em 1,59% e 11,59%, respectivamente (gráfico 28).

Gráfico 28. Fontes de financiamento do sector bancário



Fonte: BM

### Caixa 3. Ciclos financeiros e de negócios em Moçambique

A crise financeira de 2007-2009, que iniciou num segmento de mercado do sistema financeiro dos EUA e se alastrou a todo o sector financeiro global, provocando recessão da economia mundial, demonstrou até que ponto os ciclos financeiros podem afectar a actividade económica real. A crise revelou, ainda, que a actividade económica real está interconectada com a actividade financeira, situação que pode afectar a profundidade e a intensidade do ciclo de negócios. Este cenário elevou o interesse de muitos académicos e bancos centrais em identificar e compreender melhor o comportamento cíclico da actividade financeira (o ciclo financeiro) e a sua interacção com o ciclo de negócios (o ciclo real). A ideia central desse esforço é identificar a posição da economia dentro do ciclo financeiro, bem assim a posição no ciclo real, tendo em vista uma gestão criteriosa da política macroprudencial.

O ciclo financeiro é o desvio de variáveis financeiras (normalmente o rácio do crédito à economia em relação ao PIB), face à sua tendência de longo prazo. Este ciclo é caracterizado por períodos de expansão seguida de retracção da actividade financeira. Como principais características do ciclo financeiro avançadas na literatura sobre a matéria podem ser apresentadas as seguintes: (i) tem uma frequência menor comparativamente ao ciclo de negócios tradicional; (ii) os seus picos estão fortemente associados às crises financeiras; (iii) ajudam a detectar melhor os riscos que afectam o sector financeiro; (iv) a extensão e amplitude dos ciclos financeiros dependem do regime da política económica; e (v) os ciclos financeiros não estão sincronizados com os ciclos de negócios.

Os ciclos de negócios referem-se ao desvio da actividade económica real em relação à sua tendência de longo prazo, caracterizado por períodos de expansão seguidos de recessão da actividade económica. Durante a expansão, a economia cresce, em termos reais, excluídos os efeitos da inflação. No que concerne às recessões, estas referem-se aos períodos em que a economia contrai. Cada ciclo de negócios tem quatro fases: (i) expansão; (ii) pico; (iii) contracção; e (iv) cava. As variáveis normalmente usadas para descrever o ciclo de negócios são: PIB, emprego, salário, despesas de consumo, entre outras. Essencialmente, o ciclo de negócios indica a posição da economia em relação ao seu nível de equilíbrio e prováveis impactos sobre a evolução da inflação.

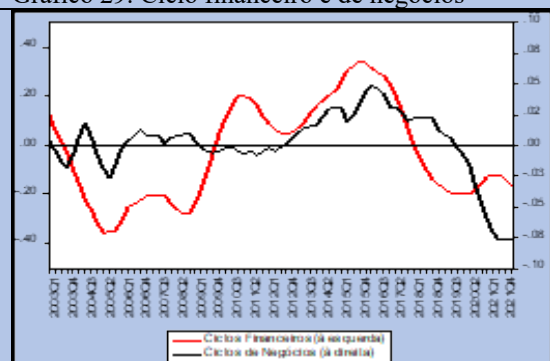
Portanto, a correcta identificação dos ciclos financeiros e de negócios, historicamente e em tempo real, permite, a nível macroprudencial e monetário, a escolha de medidas de política apropriadas para amortecer os impactos na estabilidade monetária e financeira. Em termos de implicações de política, três principais pontos podem-se retirar da literatura existente: (i) a avaliação conjunta dos ciclos financeiros e de negócios permite identificar, de forma abrangente, os riscos para o crescimento económico e para a estabilidade financeira, durante a condução da política monetária. Isso ocorre



porque um aumento ou uma redução na taxa de juros afecta simultaneamente a economia e a estabilidade financeira; (ii) a duração mais longa do ciclo financeiro relativamente ao ciclo de negócios exige que a condução da política monetária seja mais *forward-looking*, a fim de encontrar o equilíbrio certo entre a manutenção da estabilidade macroeconómica e da estabilidade financeira, dadas as diferenças nas durações dos seus ciclos; e (iii) do lado macroprudencial, as medidas podem incluir, entre outras, a exigência de maiores amortecedores anticíclicos e o uso de rácios de *loan-to-value* (LTV)) mais rígidos, em circunstâncias de rápido crescimento dos preços das habitações e do crédito (em vez de apenas crédito), uma vez que recessões associadas às grandes variações nas duas variáveis financeiras são mais longas e mais profundas. Os amortecedores (de capital ou liquidez) precisam ser maiores para aqueles mercados que tendem a sofrer recessões mais profundas com desacelerações financeiras mais severas, as quais, pelo menos até à recente crise financeira, aconteciam mais em mercados emergentes do que em países avançados.

Em Moçambique, à semelhança de outras realidades, os resultados mostram que a flutuação do ciclo financeiro é mais pronunciada e longa comparativamente à flutuação do ciclo de negócios. Isto deriva da análise dos ciclos financeiros e de negócios baseada no cálculo do desvio do rácio do crédito à economia em relação ao PIB, face às respectivas tendências de longo prazo. A determinação dos ciclos foi feita mediante uso do filtro Hodrick-Prescott (*HP filter*), metodologia recomendada pelo Comité de Basileia III como apropriada para o efeito. Deve-se notar que as recessões no ciclo de negócios duravam, em média, cerca de quatro trimestres, na primeira metade da amostra em estudo. No entanto, verifica-se um incremento na duração das recessões na segunda metade da amostra, com duração média de cerca de dez trimestres.

Gráfico 29. Ciclo financeiro e de negócios



Fonte: INE e BM

Concluindo, a interligação dos ciclos de negócios e ciclos financeiros permite identificar os períodos mais relevantes nas interrupções macroeconómicas. Ademais, este exercício possibilita a apresentação clara dos ciclos financeiros, cujos picos tendem a coincidir muito de perto com as crises financeiras e, portanto, com graves prejuízos à actividade económica.

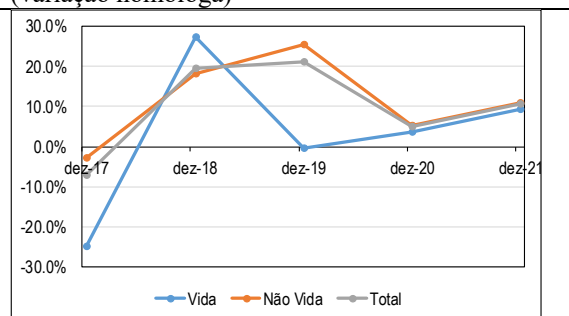
### 3.2. Sector de seguros

Em Moçambique, a produção global das empresas de seguros registou, em 2021, um crescimento na ordem de 10,8%, acima do dobro da expansão de 4,9% observada em 2020.

Este desempenho foi determinado pela conjuntura económica favorável no ano, marcada pelo alívio das medidas restritivas no país e pelas perspectivas de melhoria da actividade económica e da procura externa.

Para esta evolução, foi determinante o aumento da produção tanto do ramo vida (9,4%) como do ramo não vida (11,0%) (gráfico 30).

Gráfico 30. Produção global das seguradoras (variação homóloga)



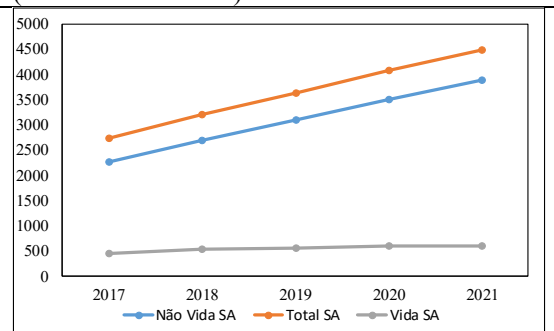
Fonte: ISSM

Esta evolução do sector segurador no país tem sido acompanhada pelo aumento das subscrições de seguros, por parte de empresas e indivíduos, facto motivado, em parte, pelas perspectivas de recuperação económica.

Em termos absolutos, a produção global

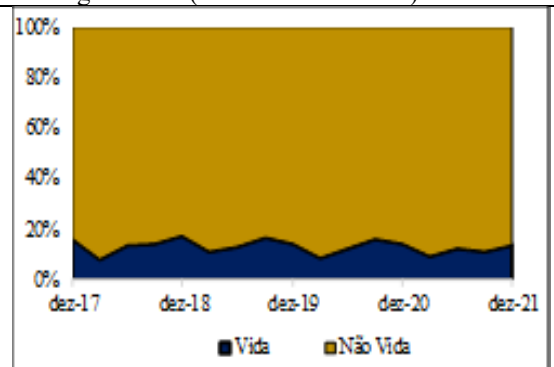
cresceu, no período em análise, em cerca de 430 milhões de meticais, determinada pela produção do ramo não vida, cuja contribuição para a produção total se situou em cerca de 380 milhões de meticais (gráfico 31), que representa 86,1% do total do sector (gráfico 32).

Gráfico 31. Produção global das seguradoras (milhões de meticais)



Fonte: ISSM

Gráfico 32. Peso dos ramos na produção global das seguradoras (milhões de meticais)

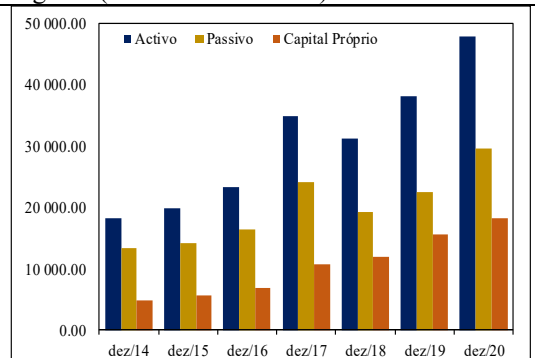


Fonte: ISSM

Adicionalmente, a situação financeira e patrimonial do sector segurador em Moçambique registou, em 2020, um crescimento do património líquido de 17,6%, comparativamente a 2019, situando-se em cerca de 18,4 mil milhões de meticais.

Com efeito, o facto de os capitais próprios registarem crescimentos consecutivos nos últimos anos<sup>16</sup> (gráfico 33) indica que o sector segurador tem uma certa margem para amortecer uma provável demanda resultante de um contexto adverso que o país possa, eventualmente, atravessar.

Gráfico 33. Estrutura patrimonial do sector de seguros (milhões de metcais)



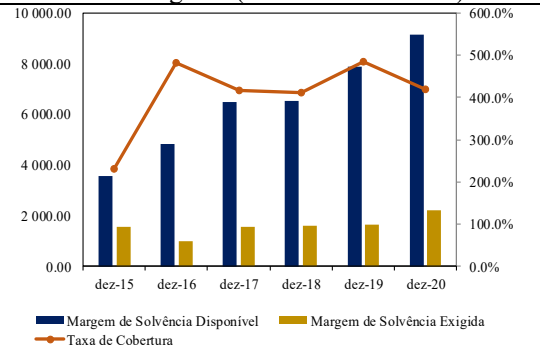
Fonte: ISSM

Por outro lado, a taxa de cobertura da margem de solvência<sup>17</sup> disponível no sector de seguros está bastante acima do nível exigido (gráfico 34), situando-se, nos últimos três anos, numa cifra sempre acima dos 400,0%, o que demonstra que os recursos próprios são, aproximadamente, quatro vezes superiores ao valor mínimo exigido, tendo o rácio de solvência atingido um nível adequado no sector.

<sup>16</sup> 17,6% (2020); 29,7% (2019); 11,9% (2018); 56,4% (2017); e 22,1% (2016).

<sup>17</sup> Conjunto de recursos constituído pelo património próprio não comprometido, disponível para as empresas de seguros fazerem face a incertezas inerentes ao risco do negócio segurador.

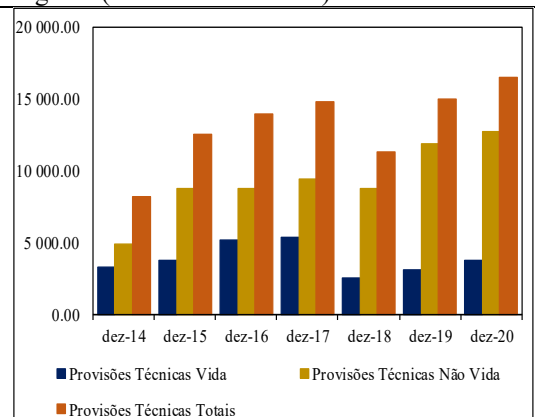
Gráfico 34. Evolução da margem de solvência no sector de seguros (milhões de metcais)



Fonte: ISSM

De 2019 para 2020, as provisões técnicas<sup>18</sup> totais aumentaram em cerca de 1,5 mil milhões de metcais no sector de seguros moçambicano (gráfico 35), influenciadas pelo aumento em 633 milhões de metcais e 0,9 mil milhões de metcais, nos ramos vida e não vida, respectivamente.

Gráfico 35. Provisões técnicas no sector de seguros (milhões de metcais)

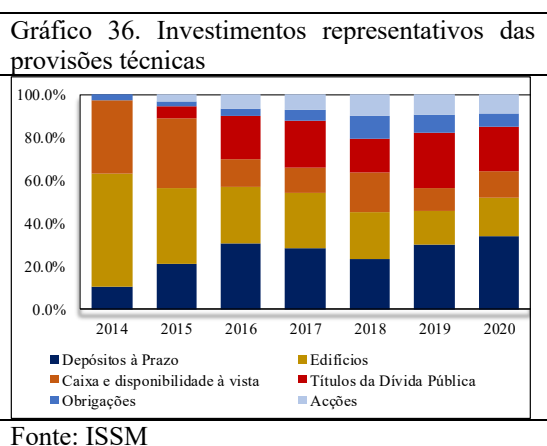


Fonte: ISSM

<sup>18</sup>As empresas provedoras de serviços de seguros, de forma a cumprir com as suas responsabilidades para com os tomadores de seguros e beneficiários, devem constituir provisões técnicas adequadas e suficientes, as quais devem ser representadas na sua totalidade por activos equivalentes que sirvam de garantia aos compromissos assumidos.

A diversificação da composição dos activos é importante de modo a garantir a observância dos imperativos relativos a segurança, liquidez e rentabilidade.

Nesta perspectiva, em finais de 2020, a estrutura dos investimentos representativos de provisões técnicas do sector de seguros moçambicano continuou a ser dominada pelos investimentos financeiros, com cerca de 82% do total (gráfico 36), enquanto os investimentos em edifícios representaram 18%, estando o seu peso a declinar nos últimos anos<sup>19</sup>.



Destaca-se que, no conjunto de investimentos financeiros, o peso da componente da dívida pública tem estado a incrementar nos últimos anos, tendo transitado de cerca de 6% em 2015 para cerca de 21% em 2020.

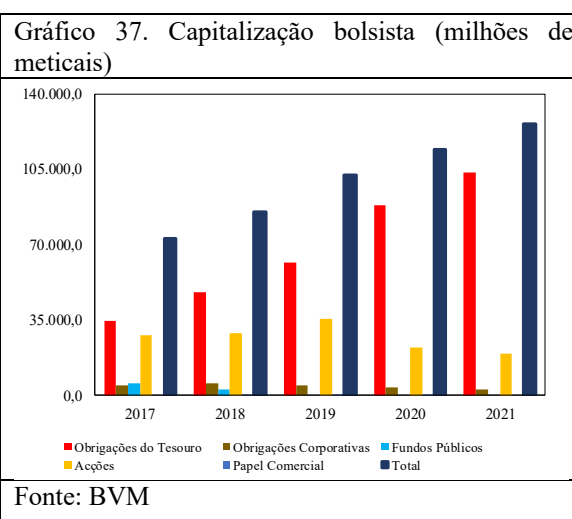
Esta postura sinaliza a preferência do

<sup>19</sup> Este tipo de investimentos já representou acima de 50,0% das aplicações do sector segurador.

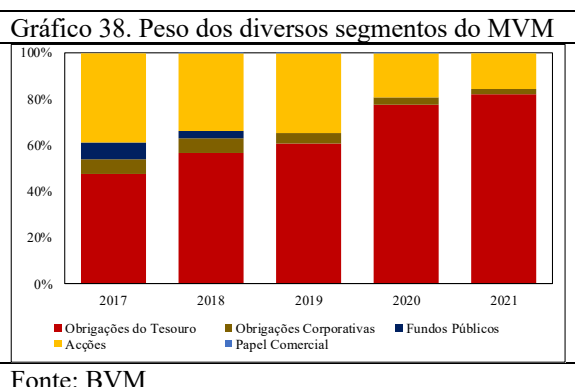
sistema financeiro no geral e do sector de seguros em particular por aplicações em títulos de renda fixa públicos, em detrimento de aplicações em outros instrumentos de dívida corporativos (designadamente acções e obrigações), incrementando a exposição do sector de seguros ao risco soberano e com o potencial de impactar na estabilidade financeira como um todo.

### 3.3. Mercado de Valores Mobiliários

A capitalização bolsista, que é o principal indicador do mercado moçambicano de valores mobiliários, incrementou em 10,4%, ao passar de 114.215,7 milhões de meticais, em 2020, para 126,105.4 milhões de meticais, em 2021 (gráfico 37). Este desempenho foi influenciado pela dinâmica das obrigações do Tesouro.

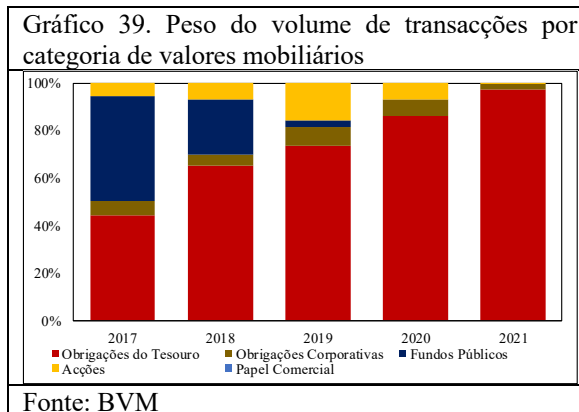


As obrigações do Tesouro representaram, em 2021, cerca de 82,0% (77,3% em 2020) da capitalização bolsista, sinalizando o elevado peso do Estado no sector de valores mobiliários<sup>20</sup> (gráfico 38), o que incrementa o risco soberano a que estão sujeitos os detentores destes títulos, com particular destaque para os integrantes dos sectores bancário e de seguros, influenciando, de igual modo, o risco sistémico e a estabilidade financeira no geral.



Relativamente ao volume de transacções por categoria de títulos cotados na bolsa, as obrigações do Tesouro voltaram a registar o maior peso, em 2021, com cerca de 97,34% do total, seguidas das obrigações corporativas e acções, com 2,34% e 0,32%, respectivamente (gráfico 39).

<sup>20</sup> Este peso das obrigações do Tesouro vem incrementando consistentemente nos últimos cinco anos. De referir que as OT representam apenas 10,89% da dívida pública total.



Por outro lado, o reduzido volume de transacções nos segmentos das acções e obrigações corporativas sugere que o mercado de capitais continua a não constituir alternativa para o financiamento corporativo privado.

Este facto pode, igualmente, ser confirmado pelo número de instrumentos cotados por cada segmento do Mercado de Valores Mobiliários (MVM), onde as obrigações corporativas e as acções têm uma participação relativamente reduzida, se comparada às obrigações do Tesouro<sup>21</sup> (tabela 8).

**Tabela 8. Emissões cotadas na BVM**

	2017	2018	2019	2020	2021
Obrigações do Tesouro	17	26	31	35	33
Obrigações Corporativas	13	16	15	13	9
Fundos Públicos	1	1	0	0	0
Acções	6	7	10	11	12
Papel Comercial	0	1	1	3	0
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>51</b>	<b>57</b>	<b>62</b>	<b>54</b>

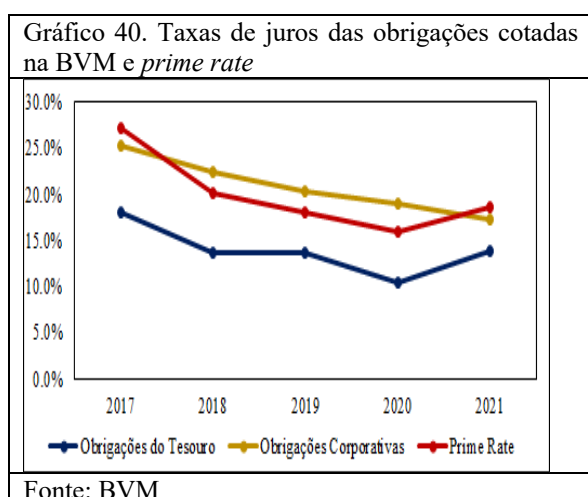
Fonte: BVM

<sup>21</sup> Em 2021 representaram cerca de 61,1% do total de emissões cotadas no MVM.

Esta dinâmica não favorece o alargamento das alternativas de financiamento para as empresas, o que, eventualmente, poderia contribuir para a redução do custo de financiamento destas junto do sector bancário.

Com efeito, o incremento da concorrência no financiamento privado permite a obtenção de recursos a taxas mais atractivas, o que impactaria na redução do risco de mercado, com consequente melhoria do índice de estabilidade financeira.

Adicionalmente, o facto de uma importante parte dos *brokers* ser, em simultâneo, interveniente no sector bancário, parece condicionar a dinâmica de crescimento do financiamento corporativo privado pela via do MVM, fazendo com que as taxas das obrigações corporativas estejam alinhadas com as taxas a retalho do sector bancário (gráfico 40).



#### IV. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL

O BM, na sua qualidade de autoridade macroprudencial nacional, define e executa a política macroprudencial. O BM analisa regularmente o sistema financeiro para identificar vulnerabilidades e riscos actuais e futuros, em cenários mais prováveis e adversos, isto é, identifica, acompanha e avalia os riscos sistémicos.

O objectivo da política macroprudencial é tornar o sistema financeiro resiliente à absorção de riscos, garantindo níveis adequados de intermediação financeira e contribuindo para o crescimento económico sustentável.

Em 2021, o BM decidiu manter as medidas de política macroprudencial já estabelecidas para mitigação do risco sistémico, designadamente:

- Amortecedor de conservação para os D-SIBs fixado no mínimo de 2,0%;
- Amortecedor de conservação para os bancos domésticos de importância quase sistémica (Quase D-SIBs) fixado em 1,0%;

- Limite de 100,0% no indicador LTV na concessão de crédito aos clientes das ICSF;
- Limite de 100% no indicador DTI nos empréstimos aos clientes pelas ICSF;
- Estabelecimento do amortecedor de capital contracíclico de fundos próprios como instrumento para prevenção e mitigação do crescimento excessivo do crédito e excessiva alavancagem.

É importante referir que o *buffer* de capital contracíclico consiste num requisito de capital adicional que visa suavizar os efeitos das variações no ciclo de crédito da economia.

A não activação deste amortecedor deve-se ao crescimento nominal baixo ou negativo do crédito à economia e ao facto de a relação crédito/PIB manter um crescimento abaixo da tendência potencial de longo prazo.

## Caixa 4. Impacto do risco cibernético no sistema financeiro

### 1. Conceito de risco cibernético

O risco cibernético é a possibilidade de uma ameaça específica explorar as vulnerabilidades internas e externas de uma organização ou de um dos seus sistemas, causando danos à organização e respectivos activos corpóreos ou incorpóreos.

Este risco é mensurado pela combinação da probabilidade de as ameaças ocorrerem com o respectivo impacto (circunstância ou evento razoavelmente identificável), com um efeito potencial adverso na segurança das redes e dos sistemas de informação.

Para acautelar este risco e proteger as redes, os sistemas de informação, os utilizadores e outras pessoas afectadas por ameaças cibernéticas, realizam-se actividades de cibersegurança, que se traduzem na prevenção e detecção de ciberincidentes<sup>22</sup>, bem assim na resposta e recuperação dos mesmos.

### 2. Implicações do risco cibernético

No cenário actual de constante inovação e globalização da economia, qualquer sector é afectado e influenciado pela revolução tecnológica, impulsionada com o surgimento de novos paradigmas e tecnologias<sup>23</sup>, os quais, apesar de trazerem benefícios para as economias, introduzem também novos riscos e desafios para as organizações, em particular para o sector financeiro.

Neste contexto interligado e dinâmico, a segurança cibernética constitui uma das prioridades de topo para a maioria das organizações. No que concerne às instituições financeiras que oferecem cada vez mais produtos e serviços com o suporte das tecnologias de informação, e são, por conseguinte, significativamente mais vulneráveis a ciberataques, o risco cibernético torna-se uma preocupação, num cenário em que as abordagens de supervisão desenvolvidas especificamente para avaliar a solidez da segurança cibernética dos bancos ainda estão em evolução.

Nos últimos anos, face à crescente evolução do risco cibernético, reguladores nacionais, organismos internacionais e o sector privado lançaram iniciativas para mitigar este tipo de risco e incrementar a resiliência cibernética do sistema financeiro.

Em Moçambique, estas iniciativas tiveram em conta o seguinte:

- i. A ausência de um quadro legal para o reforço da resiliência cibernética das ICSF;

<sup>22</sup> Estes incidentes podem ser propositados ou não, e vão desde (i) a divulgação accidental de informações; (ii) ataques às empresas e infra-estruturas de importância crítica; (iii) roubo de dados pessoais; (iv) interferência em processos democráticos ou eleitorais; e/ou (v) campanhas gerais de desinformação destinadas a influenciar os debates públicos.

<sup>23</sup> Exemplo: computação em nuvem, *internet* das coisas e a transformação digital.



- ii. A necessidade de o BM regular e fiscalizar a gestão da cibersegurança das ICSF, em moldes que garantam a estabilidade financeira e protejam interesses e direitos dos consumidores bancários (clientes); e
- iii. O potencial incremento do risco para o funcionamento do banco central, com ciberataques progressivamente mais destrutivos e com capacidade de interrupção de sectores e negócios vitais para o funcionamento da economia.

A instabilidade causada pelo risco cibernético pode ser avaliada em dois grandes domínios: (i) impactos financeiros e legais que podem conduzir a perdas materiais; e (ii) impactos operacionais e reputacionais que podem causar a disrupção de serviços com reflexos na quebra de confiança dos consumidores pelos serviços financeiros.

### 3. Desafios e mecanismo de mitigação do risco cibernético no sistema financeiro

Os principais desafios no contexto do sistema financeiro nacional são:

- Atrasos na promulgação das leis, podendo concorrer para a extemporaneidade dos regulamentos, devido à rápida evolução tecnológica;
- A deficiência de competências e recursos em cibersegurança;
- O limitado domínio da literacia digital em cibersegurança, que concorre para a crescente vulnerabilidade dos bancos a ciberataques;
- A falta de leis, políticas e directrizes padronizadas que orientem as iniciativas de regulação e supervisão do risco cibernético das ICSF;
- O enfoque não consistente sobre as medidas de resiliência cibernética e testes de recuperação das ICSF;
- O incremento do teletrabalho, durante a pandemia de COVID-19, aumentando a vulnerabilidade dos utilizadores ao *phishing*<sup>24</sup>;
- A deficiente partilha de informação e inteligência entre os bancos centrais e *stakeholders*; e
- O constante incremento de ataques a partir de entidades provedoras de serviços de tecnologias de informação.

Como mecanismo de mitigação, mostrou-se pertinente o estabelecimento de uma estrutura de governação do risco cibernético, no sentido de garantir um ambiente de cibersegurança resiliente, tendo o BM delineado um conjunto de acções, designadamente:

- a) Aprimoramento da legislação regulamentar e de supervisão;
  - consultas públicas entre diferentes *stakeholders*,
  - compreensão do *roadmap* de implementação integral da cibersegurança, e
  - trocas de experiências.
- b) Desenvolvimento de um programa de capacitação e consciencialização em cibersegurança;
- c) Estabelecimento de mecanismos de cooperação e partilha de informação, especialmente entre os bancos centrais da SADC;
- d) Promoção de advocacia junto de parceiros (Governo e sector privado) para a regulamentação da protecção de dados, privacidade e cibersegurança;
- e) Reflexão sobre a adopção de medidas de natureza legislativa gerais e sectoriais sobre a protecção de dados pessoais.

<sup>24</sup> É uma técnica usada para enganar usuários de sistemas informáticos e obter informações confidenciais, como nome de usuário, senha e detalhes do cartão de crédito. São comunicações falsificadas que parecem vir de uma fonte confiável.

## Glossário

**Activos ponderados pelo risco** – conhecido internacionalmente por *risk weighted asset* (RWA), corresponde ao resultado da ponderação de cada activo por um coeficiente de risco para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade. A sua determinação obedece aos requisitos estipulados no Aviso n.º 09/GBM/2017, de 05 de Junho.

**Cost-to-income** – indicador calculado pela relação entre custos operacionais e o produto bancário, que mede a eficiência da organização.

**Custos operacionais** – soma de custos com o pessoal, outros gastos administrativos e depreciações e amortizações do exercício.

**Economic scarring** – deterioração da situação financeira dos indivíduos e da economia no seu todo, que pode advir do prolongamento de uma situação de recessão.

**Forward-looking** - visão prospectiva de uma determinada política, modelo ou situação.

**Fundos próprios** - conceito utilizado na supervisão bancária como referência fundamental para a aplicação de vários rácios e diversas normas prudenciais.

**Imparidades** – com origem no termo em inglês *impairment*, corresponde ao valor contabilístico registado nas demonstrações financeiras para fazer face a perdas esperadas relacionadas com os activos. Este montante deve ser deduzido do valor do respectivo activo, com o objectivo de corrigir o seu valor tendo em conta a probabilidade de perdas associadas.

**NPL** – sigla em inglês da expressão *non performing loans*, que corresponde aos créditos não produtivos, ou seja, créditos que não geram fluxos positivos e rentabilidade aos bancos.

**Produto bancário** - conjunto das receitas recebidas por uma instituição financeira: comissões, juros, *trading*, operações interbancárias.

**Riscos** – factores associados a incertezas e que, em caso da sua materialização, apresentam impactos nas metas e nos resultados.

**ROA** – sigla em inglês de *return on assets*, correspondente à rentabilidade do activo que se obtém pela divisão dos resultados líquidos pelos activos líquidos. Mede o lucro gerado por cada unidade monetária de activos.

**ROE** – sigla em inglês de *return on equity*, corresponde à rentabilidade do capital próprio que se obtém pela divisão dos resultados líquidos pelos capitais próprios.

**TIER 1** – termo em inglês que corresponde aos fundos próprios de base, os quais incluem o capital de melhor qualidade (capital social, as reservas e os resultados transitados) e respondem em primeira linha pelos compromissos assumidos pela instituição.

**Vulnerabilidades** – conjunto de características que evidenciam as fraquezas de um determinado sistema.

